

# **PORTARIA Nº 254 DE 30 DE ABRIL DE 1996**

(Publicada no Diário Oficial de 01/05/1996)

**Estabelece procedimentos aplicáveis à habilitação para operar com tratamento tributário definido no Decreto nº 5.278/96, e dá outras providências.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, consoante o previsto no artigo 6º do Decreto 5.278, de 26 de março de 1996,

## **RESOLVE**

**Art. 1º** O contribuinte que desejar obter habilitação para operar na modalidade de tratamento tributário estabelecido através do Decreto nº 5.278/96, deverá dirigir pedido ao Departamento de Administração Tributária, através da Inspeção Fiscal do seu domicílio, observado o seguinte:

**I** - a sua situação cadastral deverá encontrar-se regular, inclusive quanto aos sócios participantes do estabelecimento;

**II** - anexar ao processo prova de habilitação junto à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM, nos termos da exigibilidade estatuída em norma editada por aquela pasta;

**III** - obter junto à SICM prova de que não utiliza benefício de financiamento concedido através do PROBAHIA/PROIND, juntando cópia da mesma ao pedido;

**Art. 2º** Ocorrendo a hipótese do contribuinte estar utilizando benefício do PROBAHIA/PROIND e desejar obter habilitação de que trata o artigo antecedente, deverá renunciar formalmente àquele benefício na forma prevista na legislação que regula a matéria.

**Parágrafo único.** A renúncia será formulada junto à SICM, a quem cabe certificar o ato do contribuinte.

**Art. 3º** Ao contribuinte habilitado poderá ser aplicada a suspensão da habilitação para operar com o regime previsto no Decreto 5.278/96, desde que:

**I** - deixe de efetuar o recolhimento do imposto devido por três meses consecutivos ou alternados;

**II** - tenha recomendação expressa da SICM, em vista de infringência a dispositivos de atos legais editados por aquela Secretaria.

**§ 1º** Sanadas as irregularidades a habilitação será restabelecida, dependendo de pedido escrito do contribuinte à autoridade de que trata o art. 1º desta Portaria.

**§ 2º** Caso venha a ocorrer reincidência a descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo o restabelecimento da suspensão só ocorrerá dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data em que forem sanadas as irregularidades.

**Art. 4º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, em 29 de abril de 1996.

**RODOLPHO TOURINHO NETO**  
Secretário